

# **ALGARVE 21**

## **PROGRAMA OPERACIONAL**

### **SUBMISSÃO DE CANDIDATURAS EM “CONTÍNUO”**

#### **COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALGARVE AMAL**

Eixo Prioritário 3 – Valorização Territorial e Desenvolvimento  
Urbano

#### **Mobilidade Territorial**

ALG-50-2011-02

### **1. Âmbito**

O presente Aviso para submissão de candidaturas em contínuo, enquadra-se no Contrato de Delegação de Competências celebrado entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Algarve e a Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL).

A apresentação de candidaturas rege-se pelo regulamento específico e pelo disposto nos números seguintes:

### **2. Objectivos**

As operações a financiar devem prosseguir os objectivos previstos no artigo 2º do regulamento Específico.

### **3. Âmbito territorial**

A região NUT II Algarve

### **4. Tipologia de operações**

As operações a financiar encontram-se definidas no Anexo ao presente Aviso devem estar obrigatoriamente enquadradas pelas tipologias que foram objecto de contratualização com a Comunidade Intermunicipal do Algarve, conforme alínea b) da cláusula 3ª da adenda ao Contrato de Delegação de Competências de 7/11/2011. Assim, no âmbito do presente Aviso e de acordo com o nº 2 do artigo 3º do ponto I.5 do Anexo I, do Regulamento Específico "Mobilidade Territorial", são elegíveis as operações previstas no quadro de suporte à referida Adenda, anexo ao presente Aviso.

### **5. Entidades beneficiárias**

Municípios de Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Lagoa, Monchique, S. Brás de Alportel e Vila do Bispo.

### **6. Formalização de candidaturas**

As candidaturas são submetidas em formulário específico em suporte electrónico, devendo os anexos necessários ser enviados para a CCDR Algarve, sita na Praça da Liberdade, nº 2, 8000-164 FARO.

O formulário de candidatura poderá ser obtido em [www.ccdr-alg.pt/poalgarve21](http://www.ccdr-alg.pt/poalgarve21).

### **7. Prazo para apresentação de candidaturas**

O prazo para apresentação de candidaturas inicia-se na data da publicação do presente Aviso e decorrerá até 30/06/2012, podendo ser cancelado ou suspenso pela Autoridade de Gestão desde que publicitado nos mesmos moldes que o presente Aviso.

## 8. Financiamento das operações

A taxa máxima de co-financiamento FEDER para as operações apoiadas é de 50 % (cinquenta por cento).

## 9. Dotação orçamental

A dotação orçamental atribuída à totalidade das operações a seleccionar é de 3.947.983€ (três milhões, novecentos e quarenta e sete mil, novecentos e oitenta e três euros).

## 10. Condições de admissão e aceitação dos beneficiários

A avaliar pela Autoridade de Gestão, de acordo com o artigo 5º do regulamento específico.

## 11. Condições de admissão e aceitação das operações

As operações a financiar para além de obedecerem às condições decorrentes do regulamento Geral do FEDER e Fundo de Coesão, devem respeitar as condições de admissão e aceitação previstas no artigo 6º do regulamento específico.

## 12. Data limite para a comunicação da admissão e aceitação das candidaturas

A comunicação aos promotores da decisão relativa à admissão/aceitação das candidaturas é efectuada no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis após a sua submissão.

## 13. Orientações Técnicas

### VALORES DE REFERÊNCIA

TIPO	PERFIL TRANSVERSAL	CUSTOS MÁXIMO DE REFERÊNCIA
REABILITAÇÃO	6 - 7 m	100.000,00 €/km
REABILITAÇÃO PROFUNDA	6 - 7 m	250.000,00 €/km
VIA NOVA	6 - 7 m	574.342,00 €/km
TRAVESSIAS URBANAS Berma/Passeio com Lajetas + Caleira em betão	1m	30.000,00 €/km
TRAVESSIAS URBANAS Berma com Betuminoso Colorido	1m	29.000,00 €/km
TRAVESSIAS URBANAS Passeio em calçada ou Blocos de Betão	1m	16.000,00 €/km

Relativamente às operações inseridas no Eixo Transversal Serrando (EN 122-1 e ER 124 e 267) está disponibilizado um documento técnico orientador, junto ao presente Aviso.

## **14. Avaliação do mérito da operação**

### **14.1. Critérios de selecção**

As operações serão objecto de uma avaliação de mérito em função da totalidade dos critérios de selecção definidos no Regulamento Específico, nomeadamente:

A - Contribuam para a melhoria das ligações intra-regionais ou supra municipais, envolvam mais do que um município e se enquadrem nas orientações estratégicas do PROT;

B - Contribuam para o reforço da conectividade e os fechos de malha, nomeadamente entre redes nacional, regional e municipal, sempre que assumam carácter supra municipal, envolvam mais do que um Município e constituam prioridades expressas em PROT;

C - Proporcionem melhores condições de acesso aos centros urbanos solucionando situações evidentes de congestionamento e permitindo melhores articulações entre os centros urbanos e os territórios envolventes;

D - Privilegiem o acesso a portos, áreas de localização empresarial e logística, centros turísticos e outros locais de relevância regional e/ou contribuam para a valorização da paisagem natural;

E - Contribuam para o reforço da inter-modalidade, quer em termos interurbanos como intraurbanos;

F - Contribuam para reduzir a sinistralidade rodoviária e proporcionem melhorias de segurança ou na qualidade de serviço prestado às populações;

G - Demonstrem ganhos ambientais, contribuam para a redução da dependência energética do exterior e contribuam para o desenvolvimento de uma mobilidade mais sustentável;

H - Promovam soluções de mobilidade e transporte de carácter inovador, designadamente em áreas de baixa densidade demográfica;

I - Contribuam para a qualificação da mobilidade em meio urbano;

J - Contribuam para a estratégia e objectivos definidos no respectivo PO, designadamente, para os indicadores de realização e resultado aprovados.

### **14.2. Metodologia de cálculo**

Aos critérios de selecção será aplicada a seguinte metodologia de cálculo que permitirá avaliar o Mérito da Operação (MO) e proceder à respectiva hierarquização das operações:

$$MO=0,15 A+0,15 B+0,10 C+0,05 D+0,05 E+0,15 F+0,10 G+0,10 H+0,05 I+0,10 J$$

### **14.3. Classificação a atribuir a cada critério de selecção**

As pontuações dos critérios são atribuídas numa escala que varia entre 1 e 5, sendo a pontuação final do Mérito da Operação estabelecida com relevância até às duas casas decimais, sendo consideradas as operações de mérito superior que obtenham uma pontuação final igual ou superior a 3,00.

## **15. Entidades que intervêm no processo de análise e decisão**

Nos termos da Cláusula 2º - Competências Delegadas, do Contrato de Delegação de Competências, a análise do mérito da operação e a consequente decisão de aprovação é da responsabilidade da Autoridade de Gestão. A Autoridade de Gestão promove a articulação com as entidades cuja intervenção se revele necessária e/ou

conveniente para a obtenção de apoio e/ou emissão de pareceres técnicos especializados.

#### **16. Data limite para comunicação da decisão de financiamento**

A comunicação aos promotores da decisão relativa ao pedido de financiamento sobre as candidaturas admitidas e aceites é efectuada no prazo máximo de 25 (vinte e cinco) dias úteis contados a partir da data de decisão de admissibilidade.

#### **17. Obrigações e procedimentos de informação e publicidade**

Os beneficiários de candidaturas aprovadas comprometem-se a respeitar e aplicar as obrigações e os procedimentos em vigor em matéria de informação e publicidade sobre o co-financiamento do FEDER e do Programa Operacional ALGARVE 21 nas intervenções resultantes das disposições regulamentares comunitárias bem como das normas e especificações técnicas instituídas pela Autoridade de Gestão em vigor à data da sua aprovação.

#### **18. Legislação e informação relevante**

- a) Regulamento CE n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho;
- b) Regulamento CE n.º 1828/2006 da Comissão, de 8 de Dezembro;
- c) Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, que define o modelo de governação do QREN 2007-2013 e dos respectivos Programas Operacionais;
- d) Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão;
- e) Regulamento Específico “Mobilidade Territorial” aprovado por Decisão da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais Regionais;
- f) Outras informações relevantes estão disponíveis no sítio do Programa Operacional do Algarve e do QREN.

#### **19. Divulgação e informação complementar**

O presente Aviso e outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação e formulários, estão disponíveis no sítio na Internet do Programa Operacional ALGARVE 21 ([www.ccdr-alg.pt/poalgarve21](http://www.ccdr-alg.pt/poalgarve21)).

Faro, 15 de Dezembro de 2011

Gestor do Programa Operacional Regional do Algarve

João Varejão Faria

**ANEXO**
**CONTRATUALIZAÇÃO DO P.O. ALGARVE 21 - Quadro resumo projectos propostos**
**Projectos integrados nos regulamentos Acções de Valorização e Qualificação Ambiental e Mobilidade Territorial**

U.M.: euros

	NOME	Situação	FEDER a 50%	REGULAMENTO
<b>Alcoutim</b>	Reconstrução dos Açudes (Bentos e Fernandilho)	Aprovado	92.806,50	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental
	Valorização dos Açudes (Alcaria Cova, Galaxos e Várzea - PROVER)	Aprovado	217.483,00	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental
	Beneficiação da EN 122,1/EN 124 124 - Vários troços	Aprovado	987.777,93	Mobilidade Territorial
	E.M. 507 - Pavimentação e Sinalização do troço do cruzamento da E.N. 122 a Alcoutim		134.031,57	Mobilidade Territorial
	<b>Sub-total</b>		<b>1.432.099,00</b>	
<b>Aljezur</b>	Repavimentação da ER 267 - Aljezur/Limite Concelho de Monchique	Aprovado	737.993,50	Mobilidade Territorial
	Reparação EN 268 - Alfambras/Limite concelho Vila do Bispo		1.049.506,50	Mobilidade Territorial
	<b>Sub-total</b>		<b>1.787.500,00</b>	
<b>Castro Marim</b>	E.M. Altura - Furnazinhas - Troço Eira Verde/Furnazinhas	Aprovado	1.405.847,50	Mobilidade Territorial
	Avenida Poente de Castro Marim		169.152,50	Mobilidade Territorial
	<b>Sub-total</b>		<b>1.575.000,00</b>	
<b>Lagoa</b>	Repavimentação e requalificação da estrada Porches (EN125) a Vale de Olival/Armação de Pêra		170.250,00	Mobilidade Territorial
	Remodelação do sistema de comportas e reparação dos açudes do Parque Municipal das Fontes	Aprovado	29.750,00	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental
	<b>Sub-total</b>		<b>200.000,00</b>	
<b>Monchique</b>	Construção de zonas de estacionamento, terminal rodoviário e espaços multiusos		871.430,00	Mobilidade Territorial
	Preparação e Implementação da Agenda 21 Local	Aprovado	20.350,00	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental
	<b>Sub-total</b>		<b>891.780,00</b>	
<b>São Brás de Alportel</b>	Circular de SBA - 2ª fase e obras complementares	Aprovado	736.100,50	Mobilidade Territorial
	Circular Norte - 3ª fase		1.113.899,50	Mobilidade Territorial
	<b>Sub-total</b>		<b>1.850.000,00</b>	
<b>Vila do Bispo</b>	Beneficiação/Construção EM537 - Burgau/Boca do Rio/Salema	Aprovado	562.066,52	Mobilidade Territorial
	Beneficiação EM268 - Vila do Bispo/Limite Concelho de Aljezur		287.933,48	Mobilidade Territorial
	<b>Sub-total</b>		<b>850.000,00</b>	
<b>TOTAL POR APROVAR</b>			<b>3.796.204,00</b>	

Actualização: 2011-12-15

**Nota:** Os valores totais de cada Município são os previstos no contrato assinado com a CCDD Algarve